

# A universidade pública na avaliação do Plano Estadual de Qualificação (PEQ) do Ceará\*

Geórgia Patrícia Guimarães dos Santos

Mestranda em Educação na Universidade de São Paulo (USP),  
e-mail: georgiagps@yahoo.com.br

## Resumo

As mudanças técnico-organizacionais no mundo do trabalho trouxeram a possibilidade de participação das universidades públicas no acompanhamento e avaliação das políticas de educação profissional. Assim, este artigo sistematiza nossa pesquisa que objetivou identificar a influência social das universidades públicas cearenses na Avaliação do Plano Estadual de Qualificação (PEQ). Percebeu-se que a contribuição das universidades na avaliação prioriza o componente quantitativo, para obter a eficácia e eficiência do Plano. Observamos que a formação profissional, aos moldes do PEQ, contribui na separação entre educação geral e profissional, distanciando os trabalhadores de uma educação básica de qualidade. Além de servir ao capital mediante a cooptação das universidades públicas, que por falta de recursos e investimentos estão gradativamente enfrentando um processo de privatização.

## Palavras-chave

Educação, Trabalho e Universidade Pública.

## Abstract

Techno-organizational changes in the world have brought with them the possibility of the participation of public universities in following up the evaluation of professional education policies. Thus, this article systematizes the research which aims at identifying the social influence of public universities in Ceará as to the Evaluation of the State Plan for Qualification (SPQ). It was perceived that the contribution of the universities in the evaluation gave priority to the quantitative component in order to obtain the efficiency of the Plan. It was observed that professional training, according to the SPQ, contributes to the separation between general and professional education, keeping the workers away from basic education of quality, as well as contributing to capital by means of co-option of the public universities, which for lack of resources and investments are, gradually, facing a privatization process.

## Key words

Education, Work and Public University.

---

\* Este artigo é uma versão da monografia do Curso de graduação da autora, orientada pela Prof<sup>ª</sup> Francisca Rejane Bezerra Andrade e intitulada "A Participação das Universidades Públicas na Avaliação da Formação Profissional dos Trabalhadores Cearenses".

## 1. Introdução

As transformações em curso na sociedade brasileira, decorrentes da reorganização da economia mundial e, conseqüentemente, das mudanças técnico-organizacionais do mundo do trabalho, estão fazendo ressurgir os debates sobre as relações entre trabalho, qualificação e educação, especialmente, a educação profissional.

Tais debates giram em torno de qual a formação desejada, quem faz, quem paga, a quem se destina, quais as relações com emprego e renda e qual o papel da formação profissional para a sociedade.

Estudos internacionais e nacionais, que tratam dessa temática, têm percorrido as diversas áreas das ciências, constituindo em objeto de preocupação de educadores, lingüísticos, psicólogos, assistentes sociais, economistas, engenheiros de produção, enfim, todos aqueles que se preocupam com as questões referentes ao trabalho humano e à suas metamorfoses.

Os diversos posicionamentos dessas questões revelam as diferentes concepções sobre trabalho, educação e formação profissional, assim como vários entendimentos sobre as relações entre educação, trabalho e mercado, recursos públicos e sua gestão.

Verifica-se, nesse campo, um avanço da participação das universidades públicas por meio do acompanhamento e avaliação das políticas e ações destinadas à educação profissional. Tome-se a título de exemplo, a experiência desenvolvida junto ao Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR), coordenado pela Secretaria de Formação Profissional do Ministério do

Trabalho, cuja avaliação de diversos projetos de (re)qualificação dos trabalhadores fica à cargo das universidades. Essa nova forma de participação levanta questões sobre o papel social das universidades públicas.

Esse novo espaço de participação traz, assim, novos desafios para a universidade entre os quais se destacam: a capacidade de formular propostas coerentes com os interesses do público-alvo; a possibilidade de acompanhar e monitorar os encaminhamentos e de divulgar as avaliações realizadas, a perspectiva de estender essas experiências para novos espaços institucionais que tratam de outras dimensões da vida do trabalhador.

Essa nova forma de participação institucional desenvolve, de certo modo, como um tipo de controle social dos recursos públicos. Trata-se, portanto, da capacidade de um ator social influenciar o desenvolvimento de políticas públicas.

Logo, parece ser significativo apreender, nesse momento, os lugares e os protagonistas que influenciam os encaminhamentos no campo da educação profissional, e perceber como estão sendo tecidas as representações sociais legitimadoras de mudanças que ocorrem no plano material. Pretendeu-se, pois, identificar nesse estudo o papel social das universidades públicas cearenses na avaliação do Plano Estadual de Qualificação (PEQ)<sup>1</sup>.

Assim, este artigo procura trazer à tona o que os professores das universidades públicas cearenses pensam a respeito desse Plano, e ainda aborda questões como: qual a análise na relação entre "estar empregado" e "ter uma escolaridade"? Quais seriam as

novas características da qualificação da força de trabalho? Qual o papel dos profissionais envolvidos na avaliação? Entre outras.

Usou-se como técnica para coleta dos dados a entrevista semi-estruturada, aplicada junto aos professores, que avaliam ou avaliaram o PEQ/Ce, no período de 1996 a 2001; e ainda, procuramos abranger uma diversificação na formação acadêmica dos entrevistados, contemplando as áreas de economia, filosofia, pedagogia, letras, sociologia e matemática.

## 2. Contextualização do PLANFOR/PEQ

Nos últimos anos, vem sendo registrado um processo de mudanças nas economias para um nível "tecnologicamente organizado e organizacionalmente flexível". Essas mudanças determinam alterações sobre os conteúdos de trabalho e os requerimentos de qualificação, ressurgindo a hipótese de que o avanço tecnológico, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado conduziram à (re)qualificação da força de trabalho.

Em um cenário crescentemente globalizado, a atual reestruturação do capital estabelece um perfil empresarial focalizado na competitividade e na busca de uma maior eficiência e eficácia de seu serviço, abrindo um "amplo debate em torno da necessidade de redefinição das estratégias empresariais, incluindo não apenas modernização física de máquinas e equipamentos obsoletos, mas toda uma nova filosofia de produção" (LEITE, 1996, p. 144).

No Brasil, presenciamos um contraste

devido sua fragilidade tecnológica, em que prevalecem processos de trabalho industriais com baixo grau de automação, organizados com base na fragmentação e na constituição de postos de trabalho com tarefas simplificadas.

Estudos realizados mostram que as inovações tecnológicas no parque industrial brasileiro não atingem todos os setores, havendo ainda uma reduzida absorção de tecnologia nas empresas. A título de exemplo, segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a região Nordeste, em 2000, necessitaria de R\$ 6 bilhões para suprir a demanda na aquisição de informação e sistemas tecnológicos de pequenas e médias empresas. No caso específico do Ceará, "superar o atraso em tecnologia é uma espécie de dever de casa das empresas do Estado" (*O Povo*, 28/04/01), conforme pesquisa da Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial - NUTEC.

O perfil industrial do Ceará, na década de 1990, segundo estudos de Meneleu Neto (2000), permanece se fortalecendo nos ramos industriais que já tinham tradição: têxtil, calçados, alimentícios e embalagens.

No entanto, sucede que a introdução de novas formas de produção na indústria brasileira, nordestina e cearense é uma necessidade de se adequarem aos padrões internacionais de qualidade e produtividade. Se não bastasse, o país enfrenta ainda dois graves problemas: o desemprego e o analfabetismo.

Conforme a Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade de São Paulo, o Brasil saltou da 9ª para 2ª posição, em 20 anos, entre os países com maior

quantidade de desempregados no mundo, atrás apenas da Índia (GloboNews.com, 28/05/2002). E o analfabetismo chega a atingir quase 30% da População Economicamente Ativa (PEA), em 2000, segundo dados do IBGE.

Assim, para responder a liberalização econômica, a competitividade global e a insatisfação pelo desemprego, sem resolver o problema da educação básica, o governo brasileiro, administrado por Fernando Henrique Cardoso, regulamentou um amplo programa de qualificação profissional. Isto porque a educação passou a ocupar uma "pseudo-centralidade" (SANTOS CÊA, 2000) nas relações sociais, traduzida como condição inadiável para a participação dos países no mundo globalizado.

Provavelmente, poucos foram os momentos na história em que trabalhadores, empresários, governo e diversos atores sociais tenham falado tanto sobre preparação para o trabalho e desenvolvimento do país, referindo-se especificamente ao campo da educação profissional. Concretamente, isso levou o governo federal a implementar, em 1995/1996, o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR).

O PLANFOR, considerado como modalidade educacional, prevista na Lei de Diretrizes e Bases/1996, manifesta-se de forma crescente e predominante em vários espaços alternativos ao tradicionalmente escolar, mediante os Planos Estaduais de Qualificação (PEQ). Tal Plano pretende, com cursos de curta duração, propiciar aos treinandos "sua inserção ou reinserção no

mercado de trabalho, melhoria da qualidade e da produtividade na produção de bens e serviços, elevação da qualidade de vida das comunidades a que pertençam. Além de, elevar o nível de escolaridade da PEA, buscando gradativamente, a erradicação do analfabetismo e a ampliação do contingente escolarizado pelo menos no nível básico" (MTb, 1996, p. 13).

Procede que, com nossos estudos "[...] parece plausível supor que o PLANFOR vem consolidar uma política de educação profissional direcionada a qualificar rapidamente os jovens e adultos que estão fora da escola e fora do mercado de trabalho, dando-o um aspecto legal" (SANTOS, 2002, p. 31).

Trata-se de um ponto contraditório na medida em que a educação básica é vista como condição indispensável à formação profissional e, no entanto, os segmentos para os quais se dirige o PLANFOR/PEQ são exatamente esses que já foram privados da educação básica.

Assim, de acordo com todos os professores, avaliadores e ex-avaliadores do PEQ/Ce, entrevistados em nossa pesquisa, a falta de escolaridade básica interfere na inserção ao mercado de trabalho, embora na relação entre "estar empregado" e "ter uma escolaridade", os professores ressaltam que só o nível escolar não é mais suficiente.

Isto porque enfrentamos "as profundas alterações ocorridas na composição do desemprego nacional [que] resultam tanto na expansão da oferta de mão-de-obra, que anualmente pressiona o mercado de trabalho por uma vaga, como no processo de destruição e criação de ocupações moti-

vadas pelo comportamento mais geral da economia” (POCHMANN, 2001, p. 106).

Nesse sentido, o mercado de trabalho sofre um processo de reestruturação com o aumento da competição entre as empresas para elevação dos lucros e, sobretudo, entre as pessoas, por uma vaga de trabalho, surgindo o trabalhador precarizado, subcontratado, terceirizado, *part time*, assalariado da economia informal e o trabalhador desempregado.

Para o Ministério do Trabalho (MTE, 2000), essas transformações refletem uma diversificação e expansão de oportunidades de trabalho no setor informal, ocasionado pela globalização, pela inovação tecnológica e pela busca da competitividade. Para nós, isso significa a desvalorização do trabalho e desconsolidação das leis trabalhistas.

Essas mutações e novas configurações do trabalho na sociedade moderna também estão inseridas na suposta constituição de um novo paradigma técnico-econômico, que implicaria na reestruturação do setor produtivo e na definição de novas trajetórias organizacionais, bem como no estabelecimento de um novo perfil do trabalhador, flexível e polivalente.

Diante disso, consideraremos, como Ferretti (1997), que há um movimento de ruptura/continuidade entre o taylorismo/fordismo e o paradigma toyotista apoiado, de um lado, pela ciência e tecnologia disponíveis e pelo desenvolvimento de estágios mais avançados das mesmas e, por outro lado, pelas crises recentes de acumulação capitalista e à resistência organizada dos trabalhadores à produção fordista.

A educação, nesse sentido, assume um papel fundamental como categoria socialmente determinada, atendendo às demandas empresariais por um novo perfil profissional e às demandas ideológicas da estrutura político-econômica de ocultar a responsabilidade do Estado pela questão do emprego.

Logo, a reforma educacional estabelece “uma nova educação profissional voltada para a empregabilidade entendida como a capacidade do trabalhador se manter num mercado de trabalho em constante mutação; coloca-se como complementar a educação básica e alternativa à educação superior [...]. Ministrada em bases contínuas inclui alternativa de habilitação, qualificação, requalificação e especialização de trabalhadores além do serviço e assessoria ao setor produtivo” (MTb/MEC, 1995, p. 3).

Entretanto, vemos a qualificação profissional, hoje, como uma sucessão de formações rápidas, pontuais que impossibilita o trabalhador de ter uma educação básica de qualidade. Como declarou Bruno (1996, p.91-92), a qualificação é concebida “como um conjunto estruturado de elementos distintos, hierarquizados e reciprocamente relacionados. Esta hierarquização decorre de contextos históricos e situações de trabalho bem definidas”.

Na verdade, a qualificação se traduz de diversas formas e níveis em função do produto ou do desenvolvimento tecnológico, do porte da empresa (líder ou terceirizada, etc.) ou do lugar que ela ocupa na Divisão Internacional do Trabalho, enfim, depende do contexto técnico e social no

qual a qualificação se desenvolve. Porque o crescimento da tecnologia ocorreu de modo desigual em diversos setores, inclusive dentro dos próprios processos produtivos. Por exemplo, na Alemanha, as empresas automobilísticas possuem uma produção mais complexa do que suas filiais no Brasil (ANDRADE, 2000).

Quanto a isso, Hirata (1994) chamou a atenção para a multidimensionalidade do conceito de qualificação, que compreende três aspectos: a qualificação do emprego, entendida como o conjunto de exigências definidas, a partir do posto de trabalho; qualificação do trabalhador, que inclui as qualificações sociais ou tácitas; e a qualificação como relação social, historicamente redefinida entre o capital e o trabalho, que expressa de maneira concreta a concepção da força de trabalho como mercadoria.

Há, ainda, no modelo de produção "pós-fordista", um movimento no sentido de substituir a noção de qualificação pelo chamado modelo de competência, que estaria mais relacionado ao desempenho do trabalhador em seu cargo específico, tendo uma conotação individual, adquirida dentro do espaço de trabalho. Para Ferretti (1997), esse conceito de competência representa a atualização do conceito de qualificação, segundo as perspectivas do capital, tendo em vista adequá-lo às novas formas pelas quais este se organiza para obter maior e mais rápida valorização. Decorre, portanto, da concepção de que as mudanças promovidas na produção introduzem novas formas de relação entre capital e trabalho.

Enfim, para o PLANFOR/PEQ, o mer-

cado de trabalho brasileiro está em constante mudança, em que empresas estão adotando modelos flexíveis de organização do trabalho e o operário deve estar apto a exercer várias funções e operar mais de uma máquina tendo habilidades de raciocínio lógico, leitura e escrita, bem como capacidade para tomar decisões no cotidiano, exercendo atividades com maior produtividade e qualidade.

Do ponto de vista do setor produtivo, torna-se importante a viabilidade do PLANFOR/PEQ, pois essa qualificação amplia as possibilidades de termos um exército industrial de reserva, agora, qualificado, deixando os trabalhadores mais vulneráveis aos ditames empresariais, gerando condições para a redução dos salários e aumento da produção.

Desse modo, compartilhamos com a idéia de que "no atual modelo neoliberal, o PLANFOR representa uma estratégia utilizada pelo Estado para se fazer presente na sociedade. Por um lado, ele normatiza e referenda os próprios princípios neoliberais em relação às políticas educacionais, e por outro, atua como instrumento balizador nas correlações de força relacionados com o mundo da educação profissional, do trabalho e da produção" (PRESTES, 1999, p. 46).

Os professores universitários demonstraram opiniões diferenciadas, principalmente, quando perguntado se o PLANFOR/PEQ atinge ou não seus objetivos.

Alguns professores disseram que o plano não atinge seus objetivos referentes à (re)inserção no mercado de trabalho. Outros defendem a idéia de que esse plano confirma

ainda mais a exclusão educacional. E ainda, existem aqueles que afirmam a impossibilidade de constatar se o Plano é bom ou ruim, devido à insuficiência de informações coletadas na Avaliação e também ao pouco tempo de existência do Plano.

Neste aspecto, convém observar que a proposta do Ministério do Trabalho, ao criar o PLANFOR, também teve o intuito de unificar os diferentes modelos pedagógicos, organizacionais, gerenciais e financeiros existentes na educação profissional, a partir da década de 1940, que atuavam à revelia de uma coordenação geral. Além disso, os documentos do Ministério do Trabalho afirmam que os sistemas mais tradicionais em educação profissional, conhecidos como Sistema "S" (Senai, Senac, Senart, etc.) e o Sistema de Ensino Técnico Federal já não davam conta da nova realidade e exigência da formação profissional no país.

Entretanto, sucede que o Sistema "S" atende clientela específica com determinado grau de escolaridade, indicando ser eficaz e de excelência. Já as escolas técnicas foram responsáveis pela formação profissional vinculada ao sistema regular de ensino, sobretudo, o 2º Grau, associado também a uma formação humana e crítica.

Sobre isso, faz-se mister delinear, sem entrarmos em pormenores, que o público alvo do PLANFOR não são as pessoas que trabalharão em grandes empresas de produção flexível.

Na verdade, essas empresas absorverão, no mínimo, trabalhadores formados pelo Sistema "S" e pelo antigo ensino técnico. Isto porque os egressos do PEQ são

aqueles de "humilde conhecimento", pouco alfabetizado ou analfabeto, que permaneceram desenvolvendo atividades "rudimentares" e estão sendo excluídos por conta do desemprego estrutural, da globalização, enfim, pela dinâmica do capitalismo.

É necessário acrescentar ainda que alguns professores entrevistados consideram o PLANFOR/PEQ um reforço na separação entre educação geral e formação profissional, na qual a primeira é direcionada para uma parcela mais privilegiada da sociedade, e enquanto a segunda para os trabalhadores oprimidos, os com menos recursos financeiros.

Junto a essas problemáticas os professores deixaram transparecer o desprezo das instituições executoras em promover os cursos profissionalizantes do PEQ, nos quais deveriam ser elaborados a partir da demanda do mercado de trabalho e não serem "pacotes já montados" nas entidades, como afirmou Deluiz (1999).

Além disso, concordaram que há pouca divulgação dos cursos oferecidos e ainda sugeriram que pode estar acontecendo a indicação pessoal, direta ou indiretamente, de pessoas para fazerem os cursos, ocasionando, em muitos casos, o não cumprimento dos critérios da clientela específica a ser atingida pelo PEQ/Ce.

Diante dessas contradições, resta-nos saber porque a universidade pública, maior instituição intelectual, cujo um de seus papéis, senão o principal, é servir a sociedade civil, não atua de forma mais crítica e propositiva na avaliação, tão necessária, do Plano de Qualificação Profissional do Estado do Ceará?

### 3. O Papel Social da Universidade Pública na Avaliação do PEQ/Ce

O PLANFOR/PEQ submete-se a um processo de avaliação por meio da interlocução de universidades públicas, centros de pesquisa e executores, tendo como finalidade construir e analisar os indicadores de eficiência, eficácia e efetividade social dos programas.

Cabe acrescentar que, na avaliação de políticas públicas, devemos considerá-las como instrumento de ação do Estado, baseado na ideologia político-filosófica vigente. Ao nos referirmos a política de educação profissional, temos que entender o processo de globalização e de reestruturação produtiva que afeta o mundo do trabalho.

Só a partir dessa análise é possível obter, com a avaliação, quais os efeitos dessa política na vida de seus egressos – se os potencializam para enfrentar a nova realidade (reestruturação produtiva, desemprego e exclusão) ou se mostra ser apenas uma política compensatória.

Observamos, em nossa análise teórica, que o PLANFOR/PEQ vem cada vez mais mascarando essa realidade de transformação do mundo do trabalho, colocando a responsabilidade do desemprego no trabalhador, como um problema individual.

E mais do que isso, percebemos por meio das entrevistas com os professores, que participam ou participaram da equipe de avaliação do PEQ/Ce, o quanto a avaliação é direcionada e padronizada. Na verdade, a

avaliação torna-se uma “receita de bolo” em que a equipe técnica somente prepara, executa e entrega ao Ministério do Trabalho. Aquilo que estiver a mais e não for de interesse do Ministério do Trabalho é descartado.

Aos olhos de Saul (1998), isto representou que “no bojo da cultura avaliativa brasileira as conclusões do processo quase sempre têm assumido um papel eminentemente burocrático e os relatórios de avaliação, via de regra, o destino de gavetas e prateleiras” (In: PRESTES, 1999, p. 45).

É de se levar em conta também o tipo de avaliação adotada. Por mais que Belloni (2000) afirme que a avaliação da Educação Profissional desenvolvida é baseada na combinação da análise de dados quantitativos e qualitativos, temos que, no Ceará, “o componente de avaliação quantitativa (mais simples de obter e trabalhar) foi o mais privilegiado, quando questões outras, como o entendimento mais profundo do desemprego e das limitações da qualificação profissional como solução eram os pontos focais” (Entrevista 01, Ex-avaliador).

É evidente que isso não acontece por acaso, na realidade a função das universidades públicas, na sociedade em geral, está ligada ao contexto político-econômico, haja vista o crescente desmonte do ensino público, da sua gratuidade e qualidade.

Hoje, “a Educação, direito de todos e dever do Estado e da família [...] visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para trabalho” (Art. 205, Constituição Federal Brasileira) está a serviço das forças do mercado, em conformidade com



as premissas da qualidade total, da polivalência, da flexibilidade e da descentralização.

Na Revista Exame (03/04/2002), intitulada o "Meganegócio da Educação", esta aparece como um investimento de alta rentabilidade. A Reforma Educacional está se adequando cada vez mais às novas formas do modo de produção capitalista, pois a educação está representando 9% do Produto Interno Bruto enquanto as empresas de telefonia 6%.

O setor educacional privado é um dos poucos que está crescendo (10%), temos que, de cada 10 universidades, 8 são privadas (*Revista Exame*, 03/04/2002). Lembrando que muitas dessas são ditas filantrópicas, sem fins lucrativos, adquirindo isenção de encargos e impostos.

O Jornal O POVO, em 25/04/2001, publicou uma matéria ressaltando que o "Ensino Superior é o grande negócio da Década". No Ceará, a cada 68 dias surge, em média, uma faculdade com cursos de graduação. Em São Paulo, nos últimos três anos, surge uma faculdade a cada sete dias. Espírito Santo e Paraná vêm em seguida com uma instituição a cada 12 dias. Entre as faculdades privadas em Fortaleza, estima-se que alguma delas recebem até R\$ 810 mil por mês com o pagamento de mensalidades.

Convém dizermos que coexistem dois tipos de privatização do ensino público: um acontece de forma direta, com aumento das matrículas no ensino particular; e a outra ocorre indiretamente, por dentro das próprias universidades públicas. É o exemplo, da proliferação das Fundações na Uni-

versidade de São Paulo (USP). São mais de 28 empreendimentos que "utilizam a grife USP, a estrutura física e os professores (na maioria das vezes contratados em regime de dedicação integral) para prestação de consultorias privadas e cursos remunerados, ou seja, para fins particulares" (CASTANHEIRA et al., 2001, p. 68).

Esta lógica privatizante atinge, sobretudo, os professores que, com salários achataados, procuram meios mais fáceis de complementar a renda, mas, por outro lado, deixam deficiências em suas atividades universitárias de ensino, pesquisa e extensão, na proporção que gastam menos tempo para preparação das aulas, orientação de alunos e produção científica.

É o caso da Avaliação do Plano Estadual de Qualificação (PEQ) que, como já vimos, possui uma série de contradições e ineficiências, mas que envolve diferentes segmentos da sociedade como as universidades públicas.

Segundo um dos professores entrevistados em nossa pesquisa, as universidades públicas desenvolvem três funções essenciais na Avaliação do PEQ/Ce: "[...] a primeira é de aprender, porque as universidades brasileiras têm uma história de distanciamiento da sociedade. Elas sabem muito pouco sobre o emprego, o desemprego, sobre a qualificação; a segunda é de contribuir, principalmente com a autonomia e independência; a terceira é fazer com o que ela apontar tenha repercussão" (Entrevista 07, Avaliador).

Devemos pensar que "o papel primordial da universidade enquanto insti-

tuição social, é a de gerar e difundir o saber" (MAZZILI, 1996, p. 4), ultrapassando os muros acadêmicos, na aproximação com a realidade social, permitindo a troca entre o conhecimento científico e o popular. Entretanto, a universidade também é uma instituição socialmente determinada, que desempenha um papel político ou na manutenção ou na transformação do projeto global da sociedade. Por conseguinte, não é por acaso que ela vem mantendo um distanciamento, não da sociedade em geral, mas de uma parcela "excluída".

Sendo assim, supomos que, com a função de avaliar o Plano Estadual de Qualificação (PEQ), as universidades públicas cearenses estão longe de *gerar e difundir saber*, porque não transcendem os relatórios estabelecidos pelo Ministério do Trabalho e seguem a risca as indicações do Guia de Avaliação do PLANFOR.

No tocante à autonomia e independência universitária, vejamos que há, na verdade, uma relação de empregado e empregador: o Ministério do Trabalho contrata a Universidade para prestar determinado serviço (a avaliação, conforme seu guia), que deve gerar um produto, isso é relação de mercado. Qualquer empresa de consultoria poderia fazer esse trabalho. O que a universidade apresentar, além desse produto, não interessa ao Ministério do Trabalho, é de responsabilidade da universidade, que ainda pode não ser mais contratada, dependendo da análise que fez.

Neste sentido, os professores - avaliadores do PEQ/Ce - como os demais docentes e discentes das universidades públicas e até

mesmo todos os não-capitalistas (que não se utilizam do trabalho alheio para sobreviver), principalmente os que desenvolvem atividades intelectuais, estão inseridos em um espaço de CONTRADITORIEDADE, em que, a cada exercício mental, poderá se tornar um reforço para manter a estrutura dominante.

É o que acontece com a elaboração dos relatórios dos PEQs/Ceará, da forma como é feita, enfatizando a idéia de que o PLANFOR "é um plano que tem historicamente experiência para resolver essa falta de qualificação do nosso trabalhador, do nosso cidadão; [...] ele tem um papel muito importante a desempenhar na construção desse país, na história do nosso povo" (Entrevista 03, Avaliador).

Os resultados a que chegamos são tais que não existe papel social das universidades públicas cearenses na avaliação do Plano Estadual de Qualificação. A universidade participa porque precisa de recursos financeiros, transformando-se em prestadora de serviços, e o Estado contrata porque quer respaldo científico, legitimidade nos resultados de suas políticas emergenciais.

Nisso, o ensino, a pesquisa e a extensão tornam-se gradativamente mais precarizados, ocasionando perdas na produção do conhecimento, uma vez que não temos mais professores de dedicação exclusiva, e sim professores que procuram sobreviver com diversas atividades extras, entre elas, a avaliação do PEQ, como a maioria dos trabalhadores vive com o temor de perder seu emprego ou oportunidade de trabalho.

#### 4. Considerações Finais

Somos, então, convidados a estimar que a formação profissional, hoje, só cumpriu dois papéis. O primeiro é de transferir para os desempregados a responsabilidade de sua situação de desemprego. Assumiu-se, no Brasil, a avaliação de que a situação de desemprego não é em decorrência da ausência de vagas, mas sim da baixa capacitação dos desempregados.

O segundo papel está relacionado ao envolvimento de outros atores sociais na formulação, implementação e avaliação dos planos de formação profissional, no qual as universidades públicas exercem uma função essencial.

Esses novos atores, sobretudo, a universidade, são cooptados na participação desses planos. São levados a manter a estrutura dominante, em razão da retração dos gastos públicos dirigidos às políticas sociais, como educação.

As universidades públicas passam a estabelecer cada vez mais relações de mercado, em detrimento da produção do conhecimento e da contribuição para a transformação social do país.

Em síntese, temos que nosso estudo envolve duas temáticas. A primeira está relacionada à Educação e Qualificação, como duas faces da mesma moeda que poderiam ser em um sistema democrático, uma estratégia de emancipação do indivíduo e não um caminho de aprisionamento e desvalorização do trabalhador, na qual ao PLANFOR/PEQ caberia funcionar como uma política de transição de determinadas áreas afins. Neste caso, os trabalhadores já

possuiriam um conhecimento básico e fariam um curso, de curta duração, de recapacitação profissional para realizar a transição.

Já a segunda temática refere-se à Universidade Pública, enquanto instituição social que poderia contribuir para o entendimento da educação e qualificação como um caminho de liberdade humana, mas que está se transformando em uma instituição privada de interesse hegemônico.

A reflexão crítica e a discussão entre todos os segmentos que compõem a Universidade poderão ser o caminho para alcançar a verdadeira autonomia em prol de mais investimentos para um ensino gratuito, de qualidade e que seja para todos.

Buscar o apoio da comunidade, por meio de trabalhos de extensão, também é uma forma de fortalecer esta luta. Assim, a Universidade poderá enfrentar esse espaço contraditório procurando ir além dos interesses do capital.

#### Nota

<sup>1</sup> Os PEQs representam o desmembramento do PLANFOR e são coordenados pelas Secretarias Estaduais de Trabalho, sob orientação e supervisão das Comissões Estaduais e Municipais de Emprego, financiados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT, mediante convênio firmado entre as Secretarias de Trabalho e o Ministério do Trabalho e Emprego-MTE.

## Referências bibliográficas

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Aprova a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). *Constituição da república Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988.

Brasil tem segundo maior número de desempregados. *O Estado de S. Paulo*, 28 maio 2002. Disponível em: <<http://www.globonews.com/oestado>>. Acesso em: 28 mai. 2002.

BRUNO, L (Org.). *Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 1996.

CASTANHEIRA, A. et alli. Uma empresa chamada FIA. In: *Revista Adusp*, São Paulo: USP, n. 22, mar. 2001.

DELUIZ, N. O PLANFOR em ação: entidades executoras, cursos e formadores. In: Avaliação do PLANFOR: uma política de educação profissional em debate? *Cadernos Unitrabalho*, São Paulo: Fundação Unitrabalho, n. 2, 1999.

ENSINO Superior é o grande negócio da década. *Jornal O Povo*, Fortaleza, 25 abril 2001.

FERRETTI, C. J. Formação Profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: Anos 90. In: *Educação & Sociedade*, ano XVIII, n. 59, ago. 1997.

HIRATA, H. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In: FERRETTI, C. J. et alli. *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994.

LEITE, E.M. Reestruturação Industrial, Cadeias Produtivas e Qualificação. In: BRUNO, L (Org.). *Educação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 1996.

MAZZILI, S. Notas sobre a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão. In: *Revista Universidade & Sociedade*, ano VI, n. 11, jun. 1996.

MEGANEGÓCIO DA EDUCAÇÃO. *Revista Exame*, São Paulo, 3 abr. 2002.

MENELEU NETO. *Novos Sapateiros: os trabalhadores e a reestruturação do capital*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.

MTb/SEFOR. *Sistema Público de emprego e Educação Profissional: Implementação de uma Política Integrada*. Brasília, jun. 1996.

MTb/MEC. *Política para Educação Profissional: cooperação MEC/MTb*. Brasília, 15 dez. 1995.

MTE/SPPE. *Guia do Planfor 2000*. Brasília, abr. 2000.

POCHMANN, M. *O emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo, 2001.

PRESTES, E. M. da T. Avaliação do PLANFOR: reflexões sobre fundamentos e metodologia. In: *Avaliação do PLANFOR: uma política de educação profissional em debate? Cadernos Unitrabalho*, São Paulo: Fundação Unitrabalho, n. 2, 1999.

SANTOS CÊA, Geórgia S. dos. A Educação Profissional sob a ótica da mediação e da ruptura sobre o PLANFOR. In: *Trabalho & Crítica*, São Leopoldo: Unisinos, n. 2, set. 2000.

SANTOS, Geórgia P. G. dos. A Participação das Universidades Públicas na Avaliação da Formação Profissional dos trabalhadores cearenses. Monografia (Curso de Serviço Social) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2002.

SUPERAR o atraso em tecnologia é uma espécie de dever de casa das empresas do Estado. *Jornal O Povo*. Fortaleza, 28 abr. 2001.